



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 2958/2022

Aos vinte dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte dois, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de **GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**, e na presença dos:

**CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:** Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS; Fernanda Brito da Silveira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET; e Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI.

**CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS.

**CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Adroaldo Venturini Barboza (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA.



33 **DEMAIS PRESENTES:** Michele Rihan Rodrigues, **Região de Gestão de Planejamento**  
34 **Oito – RGP. 8;** e Luís Cláudio Brasil, **Advogado – Ilhas das Flores.**

35 **SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretária Executiva da**  
36 **SMAMUS;** Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen.**

37 **PAUTA:**

38 **1. Abertura;**

39 **2. Comunicações;**

40 **3. Votação:**

41 **3.01. Atas 2955 (18/10) e 2956 (25/10);**

42 **4. Ordem do Dia:**

43 **4.01. Processo em diligência;**

44 **4.02. Processo em diligência;**

45 **4.03. RGP 2 - SEI 21.0.000063859-2;**

46 **4.04. Processo em diligência;**

47 **4.05. RGP 1 - SEI 18.0.000048113-7;**

48 **4.06. GP - SEI 18.0.000103915-2;**

49 **4.07. ÁREA - SEI 21.0.000104004-6;**

50 **4.08. RGP 3 - SEI 22.0.000049495-3.**

51 Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h15min.

52 **1. ABERTURA;**

53 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
54 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Conselheiros, Conselheiras. São 18h15min. Temos  
55 *quorum*. Declaro, Então,, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho  
56 Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho a  
57 todos. Peço desculpas por atrasar um pouquinho o início da reunião, a gente estava tentando  
58 conectar a transmissão do Zoom para o YouTube, mas temos alguns problemas técnicos.  
59 Então, a transmissão ao vivo não está acontecendo no YouTube. Nós vamos gravar esta  
60 reunião e tão logo finalizada a gente vai disponibilizar no canal da SMAMUS no YouTube, ou  
61 se, porventura, durante a reunião a gente conseguir efetivar a transmissão a gente coloca ela  
62 em curso e depois posta a reunião completa que está sendo gravada aqui pela plataforma  
63 Zoom. Eu queria saudar a todos, dizer que já estava com saudade do nosso Conselho do  
64 Plano. Eu estive nessa semana que passou na COP 27, no Egito, representando a Prefeitura de



65 Porto Alegre. Importantes ações na área da sustentabilidade, conseguimos além dessa  
66 interação com diversos governos locais do mundo todo, a COP é sempre uma oportunidade de  
67 troca, de aprendizado, de experiências compartilhadas, de buscar recursos externos para apoiar  
68 os nossos projetos. A gente na COP 26, em Glasgow, conseguiu a partir dela cerca de mais de  
69 um milhão do Google e conseguimos a partir disso implantar em duas escolas, uma no Morro  
70 da Cruz e em um CTG, estão lá painéis fotovoltaicos, que reduziu de forma estrondosa, vamos  
71 dizer assim, a conta de energia dessa escola no Morro da Cruz e o CTG. E instalamos também  
72 painéis biodigestores, que é o aproveitamento da sobra da merenda do orgânico da escola na  
73 produção do próprio gás, que trabalha na merenda das escolas, do que é consumido. Enfim, é  
74 um ciclo positivo que se retroalimenta ali, a economia circular para as crianças, que são o  
75 futuro do nosso país. E agora, nesta oportunidade, também conseguimos um recurso de  
76 1.200.000 a fundo perdido para pagar a elaboração, a construção de uma consultoria que vai  
77 trabalhar no Plano de Ação Climática de Porto Alegre. Então, todas as metas, o planejamento  
78 ao longo dos anos que vão ser extraídos desse Plano de Ação Climática, junto com o estudo de  
79 vulnerabilidade e mitigação. Então, a gente conseguiu esse recurso para Porto Alegre, nos  
80 próximos dias vamos anunciar a consultoria que vai ser contratada pelo Banco Mundial, que  
81 vai pagar para trabalhar junto com a Prefeitura e no Plano de Ação Climática. Então, diversas  
82 notícias positivas, de lá também entregamos um estudo de recurso que a gente tinha  
83 conseguindo na outra COP para subsidiar a substituição da matriz energética do transporte  
84 público. Vocês bem sabem, grande parte das emissões de gases de efeito estufa da cidade  
85 advém do transporte, são 67%. Então, é a partir do transporte que a gente vai ter que  
86 necessariamente atacar nas soluções se a gente quer reduzir essas emissões. Então, como  
87 primeiro passo nós conseguimos recurso também a fundo perdido, isso lá na COP passada para  
88 financiar o estudo do transporte público. Seria interessante que a administração começasse,  
89 afinal de contas, grande parte do transporte, se a gente começasse com o transporte público  
90 seria uma boa sinalização, um bom exemplo, só que para isso é possível, a gente sabe da  
91 realidade do transporte, é um problema, o contrato existente de muitos anos, muito precário.  
92 Mas para a gente pensar lá na frente em alguma troca, vamos dizer assim, desses ônibus para  
93 ônibus elétricos, a gente precisa de dados, de informações, base técnica mesmo, de quanto  
94 custa, o prazo, qual o impacto que tem hoje na saúde humana essa forma, essa matriz existente  
95 e quais seriam os benefícios em longo prazo. Então, todo esse estudo foi feito a partir desse  
96 recurso que a gente conseguiu e lá na COP a gente fez essa entrega oficial do trabalho, dando



97 alternativas para a secretaria responsável, no caso a Mobilidade, pensar a médio e longo prazo  
98 a substituição da matriz energética, ou seja, ônibus elétricos na Cidade de Porto Alegre. Então,  
99 um monte de coisa positiva. E a oportunidade de participar de diversos painéis, falando um  
100 pouco de Porto Alegre, aprendendo um pouco com as demais cidades do mundo. Eu acho que  
101 é sempre muito rica a oportunidade. Em paralelo, aqui na cidade, tivemos dois eventos  
102 importantes, a gente teve na terça-feira, sem ser a terça-feira passada, na outra, a gente teve o  
103 encontro da Temática do Orçamento Participativo na área de desenvolvimento urbano e por  
104 isso liberamos os conselheiros para poderem estarem presentes, alguns estiveram. Na outra  
105 terça-feira tivemos o feriado e também fizemos na cidade o seminário do Plano Diretor, um  
106 encontro importante. Está aqui a nossa Diretora Patrícia, que nos conduziu nesse processo.  
107 Houve muita gente participando, foi muito bacana a oportunidade de troca, da gente ouvir um  
108 pouco das experiências dos outros que já trabalharam nos outros planos diretores, saber o que  
109 deu certo, o que não deu. São sempre reflexões que a gente faz antes de começar a pensar o  
110 que nós vamos modificar, o que a gente vai aprimorar para o futuro. Também tivemos a  
111 Conferência Municipal do Meio Ambiente, que há muitos anos eu acho que não era realizada,  
112 acho que desde 2012, se não me engano, que não se tinha a Conferência do Meio Ambiente.  
113 Também foi uma rica oportunidade que a gente fez, liderado pela Doutora Ângela. Foi na  
114 PUC, dois dias de encontro, de muito debate acerca da estratégia ambiental da Cidade de  
115 Porto Alegre, a pauta das mudanças climáticas nesse encontro também. Então, muita coisa  
116 legal acontecendo na nossa Cidade de Porto Alegre, muitos desafios, temos inúmeros, mas a  
117 gente tem que sempre trabalhar no presente pensando no futuro. Feita essa introdução, nós  
118 temos aqui comunicações externas, temos a nossa parceira de reunião mensal, a Michele  
119 Rihan, lá da Região de Planejamento Oito, assídua no nosso Conselho. Depois temos o Luís  
120 Cláudio Brasil, sobre a Ilha das Flores, aqui também inscrito para fazer uso da tribuna. Vou  
121 iniciar pedindo para os conselheiros que têm interesse em fazer uso do período de  
122 Comunicação, por favor, faça a inscrição no chat, que a gente já consigna aqui os interessados  
123 em fazer uso da palavra, depois eu abro para comunicação externa, as duas inscritas aqui para  
124 fazer uso do nosso microfone por cinco minutos. Temos inscritos para o período de  
125 Comunicação? Temos o Conselheiro Mark inscrito. Mais alguém? Conselheiro Hermes,  
126 Jackson e Emerson. Vou só fazer a leitura dos presentes. [Relação dos presentes na inicial].  
127 São esses os presentes e de imediato passo a palavra para a Michele. Michele, boa noite! Seja  
128 bem-vinda! E pega leve conosco hoje, tá? Porque faz tempo que a gente não se vê. [Risos].



129 **2. COMUNICAÇÕES;**

130 **Michele Rihan, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, Secretário.  
131 Boa noite não, boa tarde! Bom, Secretário, eu vim hoje para abordar uma questão que,  
132 infelizmente, faz anos que eu não obtenho nenhuma resposta adequada por parte da Prefeitura,  
133 da sua Secretaria. Mas antes de abordar isso eu gostaria de registrar aqui nesta minha  
134 manifestação, que é reduzida em razão do Senhor ter alterado o Regimento deste Conselho,  
135 para reduzir a participação social dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e  
136 Ambiental. Eu faço questão de registrar a minha irresignação diante desta revisão do Plano  
137 Diretor fake. O Senhor a frente da Secretaria do Meio Ambiente, atual gestão, estão  
138 promovendo, e nós precisamos falar com um português bem claro para as pessoas que,  
139 eventualmente, não acompanham. Vocês estão promovendo uma revisão de Plano Diretor  
140 fake, falsa, porque, na verdade, a Prefeitura já promoveu diversas modificações no Plano  
141 Diretor no ano passado e neste ano. Vou só relembrar algumas, na Fazenda do Arado, aqui no  
142 Extremo Sul de Porto Alegre, no Centro Histórico, no 4º Distrito. Então, nós temos aí pontos-  
143 chaves dentro da cidade que a Prefeitura escolheu e modificou os seus regimes urbanísticos  
144 antes da revisão do Plano Diretor, ou seja, o que nós estamos passando agora, todas as  
145 atividades relacionadas a revisão Plano Diretor, que no meu modo de ver são absolutamente  
146 viciadas na medida em que nós não estamos analisando o todo da cidade. Já tiveram  
147 modificações muito substanciais sem considerar os interesses da população, absolutamente  
148 considerando o que a população pensa e como a população vê a cidade. A gente não tem uma  
149 participação social ampla dentro deste Conselho, na medida em que ela foi reduzida a partir de  
150 uma ação sua para não me ver mais seguido. Realmente, o senhor não gostava da minha  
151 presença semanal, então, resolveu modificar. Então, o Senhor está de parabéns, o senhor está  
152 reduzindo a participação social em plena revisão fake do Plano Diretor. Bom, mas em relação  
153 ao que eu gostaria de ter respostas mais diretas do Senhor é com relação à balneabilidade das  
154 praias de Porto Alegre. Nós temos dois balneários em Porto Alegre, Belém Novo e Lami. E  
155 esses balneários têm alguns pontos de banho e precisa ver as condições de balneabilidade  
156 desses locais. Em 2019 eu questionei a Prefeitura em relação à divulgação das condições de  
157 balneabilidade, depois d meu questionar através do sistema 156, que não funciona, porque  
158 quando vocês querem vocês não respondem ou enrolam a população. Depois de muito  
159 questionar, tanto pelo 156 quanto pelo Sistema de Informação ao Cidadão, eu obtive a  
160 resposta da Secretaria do Meio Ambiente de que a Prefeitura só divulga as condições de



161 balneabilidade de Belém Novo e do Lami durante os meses de dezembro até março. No meu  
162 protocolo, Secretário, eu já colocava lá em 2019, 3 anos já se passaram, eu colocava da  
163 importância desses exames serem feitos durante todo o ano e serem divulgados de forma clara  
164 para a população, porque nós temos um número muito grande de usuários das praias,  
165 pescadores... [Sinalização de tempo restante de um minuto]. Bom, então, não vou conseguir  
166 falar, Secretário. O senhor vai inviabilizar a cidadania de estar se manifestando. Em resumo, a  
167 sua Secretaria disse que não dispunha de recursos para fazer esse exame durante todo o ano e  
168 que por isso só fazia durante dezembro e março. Porém, no ano passado o DMAE fez diversas  
169 reuniões aqui no bairro com relação às obras no Bairro Belém Novo e uma das perguntas feitas  
170 para o DMAE foi: o DMAE faz exames dos pontos de balneabilidade durante todo o ano? E o  
171 DMAE disse que sim, o DMAE tem laboratório próprio e o DMAE faz os exames das  
172 condições da água. Porém, cabe à Secretaria do Meio Ambiente divulgar as condições de  
173 balneabilidade, apenas analisar o resultado e divulgar. Então, eu lhe pergunto: o que está  
174 faltando para que a Secretaria do Meio Ambiente se preocupe com a saúde da população e  
175 divulgue de forma clara, para que todos possam saber, quem usa essas praias, as condições de  
176 banho. Segunda questão, Secretário, nós vamos ter um evento, só para reforçar a importância  
177 disso, agora dia 27 de novembro, o Desafio SICREDI, um desafio promovido pelo SICREDI,  
178 pela Asun, patrocinado por empresas privadas, promovendo nado nas águas, que não estão  
179 sendo analisadas, de acordo com o Senhor, com a sua Secretaria. Então, as pessoas vão ir  
180 nadar em comemoração aos 250 anos de Porto Alegre. [Sinalização de tempo esgotado]. Nós  
181 vamos botar as pessoas dentro de uma praia, de d'água, sem saber quais são as condições de  
182 balneabilidade, Secretário. É um absurdo o que a sua gestão e atual gestão, e gestão anterior  
183 da qual o Senhor fazia parte está fazendo com a Cidade de Porto Alegre. Uma vergonha!  
184 Estão destruindo o ambiente natural, desconsideram a saúde da população e... **Germano**  
185 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
186 **SMAMUS:** Está bem, Michele. Obrigado! Importante ressaltar que a gente vive em um estado  
187 democrático de direito, onde existe uma constituição federal, normas infralegais e as regras  
188 devem ser respeitadas. Existe um grupo que deliberou, um regimento que votou a ordem e os  
189 tempos das falas. Então, por isso a gente sempre indica ali no minuto final, que são cinco  
190 minutos para garantir que a gente possa desenvolver o trabalho aqui, que é de competência  
191 deste Conselho. Este é um espaço democrático, sempre digo isso, onde a gente dá a  
192 oportunidade da sociedade se manifestar, lembrando que as representações da sociedade aqui



193 eleitas são os conselheiros, que são democraticamente eleitos e têm voz pelas diversas regiões  
194 da cidade, através dos seus votos, das suas falas. Só queria ressaltar, a gente respeita as  
195 posições das mais diversas, o tema da cidade é um tema que envolve diversas visões, diversos  
196 olhares diferentes dentro de um território urbano. No entanto, a nossa revisão do Plano Diretor  
197 segue estritamente aquilo que é a nossa constituição, aquilo que é o Estatuto da Cidade, aquilo  
198 que é jurisprudência, aquilo que a doutrina recomenda como o adequado e necessário. E mais,  
199 segue aquilo que o urbanismo do mundo recomenda, os projetos específico que cita a  
200 representante da comunidade, no caso o Centro Histórico e o 4º Distrito, segue aquilo que o  
201 mundo está fazendo, de detalhamentos de territórios específicos. Não é necessário que a gente  
202 espere de 10 em 10 anos para fazer detalhamentos de territórios. Isso o nosso próprio Plano  
203 Diretor já previu em diversos artigos a necessidade da gente criar programas específicos para  
204 estimular o desenvolvimento, a ocupação, o adensamento, a transformação dessas regiões.  
205 Então, a gente segue estritamente aquilo que está previsto. Então, por mais que eu não possa  
206 cobrar, naturalmente, da tua pessoa esse entendimento das leis, infelizmente, as nossas  
207 legislações, o desconhecimento não exime a aplicação. Então, eu sugiro que a senhora leia a  
208 constituição, o estatuto, o próprio Plano Diretor, onde nos dá essa liberdade de promover  
209 essas revisões mais pontuais, por meio de projetos especiais, como é o caso do Arado, ou do  
210 Centro Histórico, ou do 4º Distrito, que fizemos um programa específico. E mais, além disso,  
211 o nosso processo participativo para a criação desses programas é comprovadamente muito  
212 superior à própria revisão do Plano Diretor anterior, que tem audiências, oficinas, debates,  
213 comprovados e gravados, transmitidos ao vivo, inúmeros, os relatórios realizados. Então, é  
214 amplamente participativo. Naturalmente, a gente não consegue refletir, vamos dizer assim, em  
215 um programa todas as visões. A gente tenta trazer a visão da maioria da cidade e é natural que  
216 tema oposições, entendimentos divergentes, como é o caso da delegada, da representante da  
217 comunidade que falou agora. Então, é importante ressaltar, não existe nada de fake na revisão,  
218 segue estritamente os ditames legais, mas como entendimentos diversos que a gente tem da  
219 representante da região, é parte do processo democrático, mas é importante que a gente  
220 mencione e respeite o trabalho técnico, um trabalho sério e esforçado de uma equipe  
221 qualificada, que é o melhor para a cidade e que vai lutar sim para não deixar essa visão, que a  
222 gente respeita, mas que é equivocada, é pautada por princípio totalmente distorcidos e que não  
223 é a visão da maioria, do entendimento de toda a cidade. Então, seguindo aqui, a gente tem a  
224 inscrição do Luís Cláudio Brasil. Por favor, Luís Cláudio, são cinco minutos e eu te aviso



225 quando falta um minuto. **Luís Cláudio Brasil, Ilhas das Flores:** Excelentíssimo Senhor  
226 Presidente e Secretário do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental  
227 Germano, boa tarde! Aproveita a oportunidade para saudar aos demais participantes da  
228 presente solenidade. Trata-se de demanda que sugere ao Poder Público Municipal de Porto  
229 Alegre a complementação legislativa, que cumprirá com o princípio de impessoalidade para  
230 conferir o tratamento individualizado na apreciação de alvarás de funcionamento e localização.  
231 A pessoa jurídica que eu represento apresentou um pedido de alvará de funcionamento e  
232 arborização junto à Prefeitura e teve o seu pedido suspenso devido à ausência de legislação  
233 reguladora em seu endereço. Trata-se da Rua dos Pescadores, 4.600, no lote 299, Bairro  
234 Arquipélago, Ilha das Flores, Delta do Jacuí. Cabe salientar a todos os presentes que todas as  
235 marinas do endereço da Rua dos Pescadores estão na mesma situação da marina que  
236 represento. Ocorre que na região onde se situam as marinas, é região descrita como área de  
237 ocupação rarefeita, onde o regime urbanístico é definido por lei especial. Porém, não existe tal  
238 lei e, conforme o posicionamento anterior da Secretaria de Desenvolvimento, está em estudo,  
239 visto a ausência da legislação municipal. Todos os alvarás de funcionamento no período  
240 noturno ficam suspensos até o término do estudo. Neste contexto cabe salientar que o estudo  
241 do Plano Diretor se iniciou em 2001 junto à legislação e deve ser revisto, obrigatoriamente, a  
242 cada 10 anos, conforme ordena. É situação que traz urgência em resolver a demanda  
243 reguladora para apresentar. Sabendo da importância do princípio da legalidade no ambiente  
244 público, apresentamos o presente pedido de proposta legislativa, no sentido de conferir  
245 tratamento individual no procedimento de pedido de alvará de localização e funcionamento,  
246 onde não existe legislação urbanística e nem Plano Diretor para que a partir dessa nova  
247 regulamentação os pedidos possam ter tratamento individual com apreciação do Estudo de  
248 Impacto Ambiental, laudos técnicos pertinentes a ruídos, o EVU, permitindo a liberação  
249 mesmo que precária de funcionamento, de acordo com a proposta, respeitando a viabilidade e  
250 a legislação urbanística. E assim eu encerro o meu pedido de sugestão legislativa para o  
251 Conselho. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
252 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Luís Cláudio, pela contribuição. Com relação às  
253 Ilhas, nós estamos trabalhando na elaboração, inclusive, com os órgãos de controle, o  
254 Ministério Público. No regime urbanístico ocorre que aquela região realmente tem muitas  
255 sobreposições de legislação, isso torna de certa forma complexa a resolução. É por isso que ao  
256 longo dos anos não se consegue dar uma solução de regime para aquele local. Primeiro, ela é



257 uma unidade de conservação estadual e em função disso, necessariamente, aplica-se os  
258 regramentos das unidades de conservação, o Conselho Gestor, o plano de manejo. Então,  
259 antes de a gente trabalhar no território municipal, no regime urbanístico, necessariamente, o  
260 primeiro passo para atuar naquela região é o plano de manejo e o plano de manejo da unidade  
261 de conservação só foi concluído em 2017/2018 pelo Estado do Rio Grande do Sul, que  
262 instituiu essas unidades de conservação e o respectivo Conselho Gestor. Então, a partir desse  
263 plano de manejo o Município, na sua nova revisão do Plano Diretor, está trabalhando na  
264 definição desse regime. Claro, é uma série de estudos que ali precisa, geológico, hidrológico,  
265 enfim, é uma região complexa. E no mais, Doutor, também tem uma situação ali que acarreta,  
266 digamos assim, uma sobreposição ainda maior de problemas, porque a nossa Lei Orgânica  
267 Municipal ainda define as Ilhas como uma área de preservação permanente. Então, o que é  
268 uma legislação municipal na área ambiental, embora a área, a APP com o advento do código  
269 florestal dá uma caracterização geral do que é APP, mas existe a lei municipal, que também  
270 pode tratar de forma diferente, desde que mais gravosa, vamos dizer assim. Então, não estaria  
271 em choque com a legislação federal, mas a gente está tentando compor o assunto, queremos  
272 dar um uso adequado para aquele local. Só que a gente, infelizmente, necessariamente, segue  
273 os regramentos vigentes e até, então, não temos um regime específico para aquele local a partir  
274 do plano de manejo. Mas contratamos agora, junto à revisão do Plano Diretor esses estudos  
275 geológicos, hidrológicos, para nos subsidiar nessa tomada de decisão do que pode ser ocupado  
276 e encaminhar eventual rebisão da lei orgânica, mexendo nesses limitadores que nos impedem  
277 hoje dessa regularidade que todos esperam. Bom, só queria complementar com relação ao  
278 questionamento ainda sobre a balneabilidade. A balneabilidade é feita pelo laboratório, enfim,  
279 do DMAE, que tem essa responsabilidade de fazer esse gerenciamento, enfim, a política  
280 pública em relação às águas da Cidade de Porto Alegre. Então, é o órgão que faz anualmente  
281 os relatórios de balneabilidade e disponibiliza para a imprensa, enfim, para a sociedade civil  
282 geral, sempre nos período de verão, quando a população se torna usuário do nosso lago.  
283 Então, essa informação, o DMAE, essa balneabilidade, quando eles vão divulgar é com o  
284 órgão competente, o órgão responsável. Avançando, então, a gente tem inscritos Mark,  
285 Hermes, Jackson e Gomes no período de Comunicação. Eu vou disponibilizar a palavra pelo  
286 Mark, nosso Conselheiro, e agradeço à presença do Luís e da Michele no período de  
287 Comunicação Externa. Obrigado pela presença de vocês e agora a gente segue com a nossa  
288 pauta interna dos conselheiros. Por favor, Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick**



289 **(Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite!  
290 Boa noite a todos. Eu queria iniciar cumprimentando a Delegada RGP 8, que vem mais uma  
291 vez fazer uma sugestão, uma advertência, uma contribuição à comunidade sobre essa questão  
292 da balneabilidade. Então, eu acho importante, ela procura e se preocupa com a saúde pública  
293 da população que vive ali no entorno. E eu acredito que como é uma competição oficial que  
294 será feita, patrocinada pelo SICREDI e pelo Asun, conforme relatou a Michele, eu acredito  
295 que a Secretaria Municipal da Saúde e as secretarias que têm atividades correlatas com essa  
296 iniciativa, devem conferir oficialmente a qualidade da água. Então, acho importante a  
297 participação, advertindo a nós todos da comunidade sobre essa necessidade. E eu só pedi a  
298 palavra para fazer um registro, eu queria solicitar ao Presidente e ao nosso plenário que hoje  
299 nós não votássemos as Atas 2955 e 2956, porque nós recebemos essas atas copiosas, como  
300 sempre, ontem e eu, particularmente, não tive tempo de ler. Eu gosto muito de acompanhar o  
301 registro das atas e não gostaria de votar sem conhecê-las na sua integridade. Por isso faço essa  
302 solicitação. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
303 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Solicitação aceita  
304 aqui pela mesa e postergamos para as próximas reuniões a aprovação da ata. Na sequência  
305 temos o Conselheiro Hermes inscrito. Boa noite, Conselheiro! **Hermes de Assis Puricelli**  
306 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa  
307 noite a todos e todas. Secretário, eu mais uma vez pedi a palavra e, particularmente, agora  
308 para lembrar que nós temos cinco reuniões apenas, além desta, se forem feitas reuniões nos  
309 dias 20 e 28 de dezembro, que soa normalmente datas que são mais problemáticas. Eu, assim  
310 como outros conselheiros, estou insistindo com as reuniões que não têm mais motivo para elas  
311 não serem presenciais. Então, eu sei que o Senhor nos enrola. Numa boa, o Senhor diz que vai  
312 ver, vai ver, mas passaram-se meses. E eu gostaria, assim como muitos conselheiros, talvez a  
313 maioria, que terminássemos esta gestão com reuniões presenciais. A segunda questão é sobre  
314 as eleições, que também nós estamos findando este mandato já prorrogado por várias vezes e  
315 não sei nada sobre as eleições, que devem ocorrer ainda este ano. E por fim, Secretário, esse  
316 assunto surgiu em função do assunto que eu vou tratar agora, da fala da Michele, porque  
317 senão passa o dito pelo não dito. Na verdade, a Michele tem toda a razão, Conselheiro. É  
318 lógico que tem questões polêmicas, mas eu quero esclarecer para quem acompanhar este Plano  
319 Diretor, que por força da lei o Plano Diretor de Porto Alegre deve ser revisado a cada 10 anos.  
320 Isso é fato, não se discute. E nesse intervalo de cada 10 anos devem ser feitos ajustes,



321 detalhamentos, planos setoriais. Só que exatamente na época que deveria ser feita a revisão  
322 total do plano, já passados 2 anos além dos 10 anos, se resolveu fazer planos setoriais, cujos  
323 interesses eu diria que atendem pressão de setores do mercado imobiliário, enquanto que  
324 aquela... E vem ao caso a fala do Luís Brasil, se eu não me engano, pedindo uma solução.  
325 Exatamente aquele tipo de trabalho, de detalhamento, de resolver problemas pontuais de  
326 setores da cidade, deveria ser o tema de fazer nesse intervalo dos 10 anos. Só que não fazendo  
327 a Prefeitura atualmente resolveu, no apagar das luzes, quando já deveria, inclusive, ter feito a  
328 revisão total do Plano Diretor, encaminhar dois, três projetos a toques de caixa para a Câmara,  
329 passando pelo Conselho, mas a toque de caixa, sem discussão maior e que foram aprovados,  
330 que eles alterarão a discussão sobre a revisão do Plano Diretor como um todo. Isso é fato, não  
331 precisamos discutir se é certo, aliás, se está... Foi feito pelo governo, o governo assumiu e é  
332 isso, mas para que os ouvintes, para quem acompanhar não entender mal, de fato, aqueles  
333 projetos, a revisão do 4º Distrito, o Centro Histórico e a Fazenda do Arado foram feitos fora  
334 de época, no momento em que deveria ser feita a revisão total do Plano Diretor. Um  
335 oportunismo da Prefeitura. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**  
336 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes.  
337 Respeitamos a sua visão, no entanto, ela não reflete a realidade, se fosse diferente os órgãos de  
338 controle, enfim, o Ministério Público teria ingressado com ação, teria, conseqüentemente,  
339 anulado qualquer processo, embora inúmeras tentativas do grupo e que seguem tentando de  
340 alguma forma. E a gente vive em um regime democrático, se assim entender existe a justiça  
341 para isso. A gente segue, necessariamente, os ditames legais. Diferentemente do o Senhor  
342 disse, não foi a toque de caixa, estão aí as audiências públicas, as transmissões ao vivo, as  
343 oficinas, enfim, um amplo processo participativo, as consultas públicas, muito superiores à  
344 própria revisão de todo do Plano Diretor realizada em 2010 e segue exatamente aquilo que o  
345 urbanismo do mundo, que a ciência, recomenda que a gente deve fazer para os territórios  
346 urbanos, detalhamentos específicos. Mas em se tratando de um projeto de cidade é natural que  
347 a gente tenha visões distintas e a gente respeita, a sua é sempre bem-vinda. Conselheiro  
348 Jackson na sequência inscrito. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região**  
349 **de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente. Boa noite demais colegas  
350 presentes. É um prazer estar de volta após esse período, praticamente um recesso de mais de  
351 20 dias aí. Eu trago um assunto que me preocupou um pouco, para a gente começar a  
352 amadurecer em Porto Alegre. Semana passada eu participei de uma audiência pública da



353 instalação de um pedágio na saída de Porto Alegre, entrada de Eldorado do Sul, que o  
354 Governo Federal quer fazer uma concessão ali. E fazendo alguns cálculos para quem se  
355 desloca na região metropolitana, que é o meu caso e de muitos que, certamente, aqui estão  
356 presentes, seja a trabalho ou seja por questão de viagem familiar, vai impactar muito, porque  
357 esse primeiro pedágio que está sendo proposto, logo na ponte do Rio Jacuí, que é a última  
358 ponte quando atravessa para Eldorado do Sul, vai impactar em um aumento de custo muito  
359 grande para todo mundo, inclusive, para o transporte de cargas. Então, eu não vejo nenhum  
360 movimento na Cidade de Porto Alegre, Eldorado está se movimentando, Guaíba e Barra do  
361 Ribeiro, as regiões daqui, as cidades do entorno da região metropolitana. E é preocupante, vai  
362 haver mais uma audiência pública nos próximos dias, se possível gostaria de divulgar, passar  
363 para a nossa Secretária Camila para passar para os demais colegas conselheiros. Mas eu  
364 realmente não vi nenhuma atitude de Porto Alegre nesse sentido, nenhum tipo de movimento,  
365 isso preocupa, porque é o corredor que nós temos para o principal porto de escoação da nossa  
366 produção e a principal via, que é a BR-116, que vai sofrer com mais 4 cancelas de pedágio até  
367 chegar a Cidade de Rio Grande. A minha fala era essa. Muito obrigado. **Germano Bremm,**  
368 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**  
369 Obrigado, Conselheiro Jackson. Por favor, passa para a Camila, que a gente compartilha aqui  
370 com o grupo sem dúvida. Na sequência temos o Conselheiro Emerson inscrito. **Emerson**  
371 **Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**  
372 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente,  
373 Conselheiros. Quero começar com o informe sobre a reunião plenária da Temática HOCDUA  
374 do Orçamento Participativo. Tivemos a presença de várias secretarias, inclusive, da SMAMUS  
375 através do Secretário substituto, o Secretário estava em outra atividade, o Prefeito também  
376 estava acompanhando, estava em Brasília, parece, que foi comentado lá na reunião. E a gente  
377 sabe que a participação popular é muito importante para a cidade para abrir a discussão de  
378 todos os temas. Eu também comentei lá em relação à revisão do Plano Diretor, que vai ter  
379 pessoas que vão se agradar, vai ter pessoas que não vão se agradar do modelo, da  
380 metodologia, mas faz parte da democracia popular. Então, após uma pandemia a gente teve  
381 uma participação expressiva, porque as pessoas ainda têm uma restrição em participar  
382 presencialmente, mas tivemos uma participação bem expressiva lá. A habitação é prioridade em  
383 toda a Porto Alegre, habitação e regularização fundiária ainda é um calcanhar de Aquiles, a  
384 gente diz assim, para mudar o cenário da cidade, para melhorar as condições de infraestrutura.



385 Mas a gente está trabalhando e contamos com o apoio de todo o governo para trabalhar essas  
386 fases que vêm pela frente. Eu quero fazer um comentário também em relação à região Ilhas. A  
387 próprio região do Orçamento Participativo Ilhas, a Região 17, tem trabalhado para propor a  
388 criação de uma gestão de região de planejamento, Secretário, para trabalhar especificamente  
389 aquele regime, porque hoje é uma APA, praticamente todo um parque ambiental. Então, fica  
390 muito difícil trabalhar uma regularização fundiária, construção de unidades habitacionais,  
391 implantação de infraestrutura. Então, é uma coisa a se trabalhar e se esse pensar juntamente  
392 com o governo, para achar uma alternativa, porque aquelas pessoas não podem ficar  
393 abandonadas. E a gente sabe que tem várias situações também de regularidade fundiária, têm  
394 mansões totalmente regulares, o comércio não consegue se instalar. Então, é bem complicado,  
395 mas é uma coisa a se trabalhar e o Orçamento Participativo é parceiro. Obrigado. **Germano**  
396 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
397 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pela contribuição. Sim, bastante importante essa  
398 divisão da Ilha. Eu acho que agora com o plano de manejo, que era o principal ponto que  
399 sempre faltou, que demandou muitos estudos, que tem que ser feito pelo Conselho Gestor da  
400 Unidade de Conservação, que é o Estado, enfim, em ele definindo, e no caso aconteceu, agora  
401 tem as áreas que são de proteção integral, tem as áreas que podem ter alguma ocupação,  
402 outras não, enfim. A partir disso, nós temos que fazer as respectivas definições de regime e  
403 regularização. Conselheiro Gomes é o último inscrito no período de Comunicação. **Luiz**  
404 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
405 Boa noite, Presidente. Boa noite, colegas. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o  
406 Senhor por nos representar, por representar Porto Alegre na COP 27, juntamente com a  
407 Arquiteta Rovana. Pelo o que eu pude acompanhar de material que o Presidente publicou,  
408 ficamos muito honrados com a participação, Porto Alegre sendo colocada no cenário mundial  
409 de uma maneira muito responsável e que diz isso no momento em que nós estamos vivendo  
410 aqui em Porto Alegre. Apesar de certas reclamações, o mundo democrático nos permite e é  
411 muito saudável. Eu como Conselheiro do Plano Diretor, estou atuando desde 2016, eleito pela  
412 Região de Planejamento Seis, me sinto muito a vontade no exercício de Conselheiro  
413 trabalhando as matérias que nós trabalhamos aqui no Conselho. E me sinto absolutamente  
414 dentro da lei, com muito orgulho da equipe de planejamento hoje que se formou mais ou  
415 menos nesse período, cresceu, se implantou e está propondo a revisão de Plano Diretor mais  
416 democrática da história dos planos diretores de Porto Alegre. Quem participou do primeiro



417 seminário de revisão do Plano Diretor, na semana retrasada, percebeu pelo depoimento de  
418 pessoas experientes que fizeram, que implantar os planos diretores anteriores, o quanto essas  
419 pessoas estão orgulhosas do processo que nós estamos vivendo agora. Está sendo permitido  
420 fazer uma coisa superimportante, é a revisão do que se fez, a revisão crítica, uma discussão  
421 crítica em um grupo amplo, ao contrário do que aconteceu das outras vezes, que havia uma  
422 tentativa de discussão, mas muito limitada pelos instrumentos que se tinham na época e pela  
423 vontade política que os governos também tinham e em outro formato. Desta maneira que nós  
424 estamos fazendo agora, que a equipe da Secretaria está propondo, é extremamente ampla. O  
425 Emerson é meu parceiro nesse sentido, nós estamos fazendo algumas discussões em grupos do  
426 Orçamento Participativo, porque existe uma curiosidade muito grande, existe uma série de  
427 questionamentos de como participa e em que participar do Plano Diretor. O Plano Diretor para  
428 nós é uma coisa mais comum, até porque a gente está aqui trabalhando todo o dia com ele e  
429 etc. Mas para quem está fora, para quem está nas regiões, se cria muita ilusão, criam fantasias.  
430 E eu tenho discutido bastante com esses setores no sentido dessas pautas de contrapartida, de  
431 uma série de coisas relacionadas a isso e como que isso pode realmente chegar como benefício  
432 para essas comunidades. É uma discussão bastante difícil, mas que a pretensão nossa é  
433 transformar essas inquietações que estão nas regiões hoje, estão nas bases e não nas elitezinhas  
434 dessa pequena burguesia intelectualizada, dos institutos que não representam coisa nenhuma e  
435 querem dizer que representam arquitetos, mas nós estamos sem representação, na verdade, na  
436 discussão do Plano Diretor hoje. A discussão que tem lá é real, é concreta porque ela é a  
437 expectativa de vida, de melhoria realmente das condições da população. Então, transformar  
438 toda essa intenção que o grupo hoje tem nessa discussão da revisão do Plano Diretor em  
439 benefício para a população é um grande desafio e que alguns conselheiros aqui eu sei que têm  
440 de conseguir traduzir, somar e dessa discussão surgir propostas concretas e vão surgir  
441 propostas concretas importantíssimas para a área, para realmente melhorar a situação, a  
442 qualidade de vida da nossa população aqui de Porto Alegre. Parabéns, moçada! Vamos em  
443 frente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
444 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelo seu reconhecimento.  
445 Não tenho dúvida que o time se sente muito lisonjeado e empoderado para seguir nessa luta de  
446 construir o melhor caminho para a Cidade de Porto Alegre, respeitando todos os processos  
447 democráticos. Estamos sempre abertos à participação, ao debate em alto nível. De fato, a  
448 revisão do Plano Diretor pela primeira vez na história de Porto Alegre a gente tem um recurso



449 significativo investido, um apoio técnico bem estruturado, fortalecido e um time muito  
450 qualificado, apaixonado pela cidade, que quer fazer a diferença. E eu não tenho dúvida de que  
451 vai fazer a diferença, vai botar Porto Alegre nos rumos do desenvolvimento social, econômico,  
452 da inclusão, da transformação. Porto Alegre eu acho que precisa, há muitos anos sonha com  
453 essa transformação e eu acho que hoje a gente tem a condição, acho não, tenho convicção que  
454 a gente tem a condição de ser protagonista dessa transformação. Bom, avançamos, então,  
455 Senhores Conselheiros, para a nossa pauta:

456 **4. ORDEM DO DIA:**

457 **4.01. PROCESSO EM DILIGÊNCIA;**

458 **4.02. PROCESSO EM DILIGÊNCIA;**

459 **4.03. EXPEDIENTE: 21.0.000063859-2;**

460 **INTERESSADO: Município de Porto Alegre;**

461 **ASSUNTO: Alteração De Regime Urbanístico (Atividade);**

462 **LOCAL: Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, Bairro Jardim Leopoldina;**

463 **REGIÃO: RGP 3 (Jardim Leopoldina);**

464 **RELATOR: RGP 2;**

465 **DATA DISTRIBUIÇÃO: 02/06/2022 e redistribuído em 04/10/2022;**

466 **PRAZO PARA PARECER: 11/10/2022 - prorrogado para 25/10;**

467 **HISTÓRICO: Distribuído em 02/06/2022 para RGP 7. Prorrogado para 05/07, 23/08 e**  
468 **13/09. Em 04/10 redistribuído;**

469 **APRESENTAÇÃO PLANEJAMENTO: Apresentou em 28/10;**

470 **APRESENTAÇÃO DO PARECER: Favorável em 28/10;**

471 **PEDIDO DE VISTA: Prazo 22/11/2022. 1) RGP 3 – Jackson e 2) RGP 4 – Tânia.**

472 Temos na Ordem do dia os itens 4.01 e 4.02 em diligência. Temos o expediente do Item 4.03  
473 na pauta, o relator é da Região de Planejamento Dois. Então, de imediato passo a palavra para  
474 o Conselheiro Jackson poder fazer o seu relato de vista e depois encaminhamos para a  
475 discussão. Perdão, primeiro vamos pedir para a equipe nos relembrar do que se trata o tema e  
476 depois passamos para o relato de vista. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária**  
477 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Esta é uma solicitação de  
478 grupamento de atividades de GA01, predominantemente residencial, para GA05 Mista 2. Essa  
479 alteração é na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Bairro Jardim Dona Leopoldina e  
480 a demanda veio da Equipe de Projetos Especiais 01, dentro da nossa Diretoria de Planejamento



481 Urbano. Então, tem aqui um relato. Só lembrando vocês, aqui está a Juscelino Kubitschek de  
482 Oliveira, na Região de Planejamento três, no Bairro Jardim Dona Leopoldina. Ele seguiu as  
483 tramitações, parecer da PGM. Se vocês tiverem interesse eu vou ler a justificativa. É uma  
484 alteração de zoneamento de uso da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, Bairro Jardim  
485 Leopoldina, Macrozona 03, UEU 80. A alteração é em toda a extensão do Código 01 para o  
486 Código 05, conforme identificado nos Anexos 1 e 2. A justificativa, conforme o Anexo 9.1, a  
487 Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira é classificada como via arterial de segundo nível,  
488 caracterizada de acordo com os critérios de funcionalidade e hierarquia pelo Art. 10, como via  
489 complementar de estruturação do território municipal e de integração com a região  
490 metropolitana de Porto Alegre, própria para a operação de sistemas de transporte coletivo, de  
491 média capacidade e transportes de cargas. A via corta a subunidade 1 da UEU 80, na qual  
492 incide o grupamento de atividades predominantemente residencial. Através da resolução  
493 sugerimos essa alteração dos usos dos imóveis com frente para a Avenida Juscelino Kubitschek  
494 de Oliveira para a Mista 5, sem qualquer alteração de regime volumétrico estabelecido no  
495 Plano Diretor. O Art. 26 define como princípios básicos do modelo espacial proposto para a  
496 cidade, dentre eles ressaltamos o § 2º, inciso II, que orienta a miscigenação da ocupação do  
497 solo com vistas à diminuição de deslocamento de pessoas e veículos e a qualificação do  
498 sistema urbano. Segundo o Art. 31, as zonas de uso são concebidas de acordo com conceitos  
499 básicos, dentre os quais o da cidade miscigenado, caracterizada pela presença de diferentes  
500 atividades em todo território, desde que compatíveis com os condicionantes paisagísticos  
501 ambientais, infraestruturais ou com outras atividades instaladas. O Art. 32 define o GA01  
502 como zonas da cidade com estilo a vida de bairro, com atividades complementares à habitação  
503 e demais atividades não residenciais controladas quanto ao incômodo e impacto. O  
504 grupamento de atividade GA05, por outro lado, caracteriza-se como zona de maior  
505 diversidade urbana em relação às áreas predominantemente residenciais, com o estímulo  
506 principalmente do comércio varejista, a prestação de serviços e demais atividades que  
507 representem apoio à atividade habitacional e ao fortalecimento de centralidades. A Unidade de  
508 Estrutura Urbana 80 possui características típicas do GA01, tendo como padrão predominante  
509 conjuntos residenciais sem atividades complementares, além de residências unifamiliares.  
510 Considerando a necessidade de miscigenação das atividades com a alteração proposta, amplia-  
511 se oferta de serviços e comércios de bairro próximos a essas concentrações residenciais,  
512 diminuindo a necessidade de maiores deslocamentos e proporcionando a oferta de postos de



513 trabalho na região, contemplando a demanda local da comunidade. Essa é a justificativa para a  
514 proposta de alteração. Aqui temos os Anexos 1 e 2 da minuta de resolução, aqui  
515 demonstrando o local da alteração do grupamento de atividades. É isso. Obrigada. **Germano**  
516 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
517 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia, por nos lembrar o tema. Vamos de imediato,  
518 então, passar para o relato de vista do conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena**  
519 **de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Trata-se do relato  
520 de vista da RGP 3, Norte/Eixo Baltazar. SEI 21.0.00063259-2. Local: Avenida Juscelino  
521 Kubitschek de Oliveira, Bairro Jardim Leopoldina, RGP 3. Demandante: Município de Porto  
522 Alegre, alteração de regime urbanístico (Atividade). O presente expediente solicita alteração de  
523 zoneamento de uso da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, estando a mesma localizada  
524 no Bairro Jardim Leopoldina, na Macrozona 03, UEU 080 e em toda sua extensão de Código  
525 01 (Predominantemente residencial) para Código 05 (Mista 02), conforme indicado nos  
526 Anexos 1 e 2. Tendo em vista a informação da PMS-06 sob o nº 28/71/2022 não existe óbice  
527 jurídico para tal mudança. Cabe destacar que a referida via é praticamente uma continuidade da  
528 Avenida Adelino Ferreira Jardim, de mesmo bairro, e que há algum tempo tem características  
529 de zoneamento misto. Uma vez que é praticamente tomada de atividades comerciais. Entende  
530 este Conselheiro que tal mudança é necessária, uma vez que com o crescente número de  
531 condomínios sendo erguidos na região esta alteração contribuirá em uma melhor qualidade de  
532 vida aos moradores, visto que terão menos deslocamentos para terem suas necessidades  
533 atendidas. Além de possibilitar a proliferação de pequenos empreendedores. Registro ainda que  
534 acompanhei o Colega Conselheiro Adroaldo Barbosa em visita ao local, onde constatamos tal  
535 necessidade. Porto Alegre, 21 de novembro de 2022. Era esse o meu relato, Senhor  
536 Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
537 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson, pela explanação. Nesse  
538 sentido, de imediato, abro a inscrição para a discussão. Consulto se temos conselheiros  
539 inscritos para discutir após o relato de vista favorável do Conselheiro Jackson. Por favor, faça  
540 a inscrição no chat e a gente já abre para discussão. Conselheira Claudete inscrita para a  
541 discussão. Inscrevo o Conselheiro Adroaldo, da RGP 2 para esclarecer qualquer dúvida que  
542 porventura haja. Mais algum conselheiro inscrito? Então, Conselheira Claudete, por favor.  
543 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:**  
544 Boa noite a todos e todas. É uma questão simples, na verdade, embora saiba que a cidade não



545 pode parar e que os processos também não, eu gostaria de saber porque esse tipo de alteração  
546 de uso não vem contemplado dentro da revisão do Plano Diretor, qual é a urgência, qual é o  
547 motivo, qual é a justificativa para não estar efetuando em plena revisão, fazendo esse tipo de  
548 alteração? Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
549 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Vou passar  
550 para o Conselheiro Adroaldo, mas de forma muito clara já posso responder. Está se fazendo a  
551 alteração porque o Plano Diretor discutido e debatido com a sociedade autorizou a alteração  
552 do grupamento de atividades a partir de requerimento, desde que aprovação pela maioria dos  
553 conselheiros. É a razão de existir deste Conselho, dentro de várias outras competências, uma  
554 delas é fazer a avaliação com relação à proposição de alteração de regime, enfim, de  
555 atividades, o que for proposta. Está dentro competências e é por isso que o processo está  
556 pautado e aqui é o fórum para as respectivas discussões. Conselheiro Adroaldo, eu não sei se  
557 gostaria de contribuir antes de a gente colocar em votação. Fique à vontade. **Adroaldo**  
558 **Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa  
559 tarde a todos e Presidente. Na verdade, nós estivemos lá, eu com o conselheiro da região, em  
560 que a gente percebeu, realmente, a Conselheira Patrícia deu aí a justificativa e se encaixa  
561 perfeitamente, aquela região está em desenvolvimento e já atende a todas as questões de  
562 regularização, o comércio acontece já e a gente viu que não tem porque de estar retardando  
563 mais a possibilidade daqueles comerciantes trabalharem legalmente. É uma via que atende  
564 todas as necessidades até de um centro de bairro, tem o comércio varejista, prestação de  
565 serviços, atividades que apoiam os próprios moradores locais. Então, não precisa a pessoa sair  
566 da sua região para ir em outro lugar da cidade buscar, inclusive, emprego. O comércio ali gera  
567 emprego direto para o morador local. Então, juntamente com o Conselheiro Jackson a gente  
568 entendeu que tinha, eu acho que é possível a aprovação da alteração do regime urbanístico  
569 daquela rua. Era isso, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**  
570 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo.  
571 Avançando, então, para a votação, onde temos o PARECER FAVORÁVEL do Conselheiro  
572 relator, relato de vista também favorável do Conselheiro Jackson. Inauguro o período de  
573 votação consultando a Conselheira Lisiane, representante do DEMHAB, como vota, favorável  
574 ou contrária ao parecer favorável do relator? **VOTAÇÃO: Lisiane Sartori Fioravanço**  
575 **Magni (Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Voto  
576 favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e**



577 **Circulação – EPTC:** Boa noite. Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito –**  
578 **GP:** Boa noite. Voto favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Meio**  
579 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Fernanda Brito da**  
580 **Silveira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET:**  
581 Boa noite. Voto favorável. **Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria**  
582 **Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável, Presidente. **Jussara Kalil Pires**  
583 **(1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:**  
584 Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**  
585 **ACESSO CDH:** Abstenção. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense**  
586 **dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite. Favorável, Presidente. **Jeanice Dias**  
587 **Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:**  
588 Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
589 **Grande do Sul – SAERGS:** Acompanho o relator, favorável. **Fernando Martins Pereira (1º**  
590 **Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Acompanho o  
591 relator. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**  
592 **SINDUSCON:** Compartilha da mesma visão do Conselheiro Jackson e Adroaldo, favorável.  
593 **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**  
594 **SOCECON/RS:** Favorável, Presidente. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de**  
595 **Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** [relator – Favorável]. **Jackson Roberto Santa**  
596 **Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** [Relato de  
597 vista favorável]. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
598 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável, Presidente. **Emerson Gonçalves dos Santos**  
599 **(Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**  
600 **Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável, Presidente. **Germano Bremm, Secretário**  
601 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 17  
602 votos favoráveis, 01 abstenção, nenhum voto contrário. **APROVADO O ITEM 4.03 DA**  
603 **PAUTA (Parecer favorável).**  
604 **4.04. PROCESSO EM DILIGÊNCIA;**  
605 **4.05. RGP 1 - SEI 18.0.000048113-7;**  
606 Vamos a nossa pauta, temos aguardando a diligência o Item 4.04. Vamos ao 4.05, o relator é o  
607 Conselheiro Felisberto, da RGP 1, que não está presente. Já houve a prorrogação. Então,



608 considerando a ausência, se não for relatado na próxima reunião a gente faz a redistribuição.

609 Passamos ao item:

610 **4.06. EXPEDIENTE: 18.0.000103915-2;**

611 **INTERESSADO: Enri Representações e Participações Ltda.;**

612 **ASSUNTO: Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU);**

613 **LOCAL: Rua Frederico Mentz, 1453;**

614 **REGIÃO: RGP 2;**

615 **RELATOR: GP;**

616 **DATA DISTRIBUIÇÃO: 17/10/2022;**

617 **PRAZO PARA PARECER: 25/10/2022;**

618 **APRESENTAÇÃO PLANEJAMENTO: A apresentar;**

619 **APRESENTAÇÃO DO PARECER: A relatar;**

620 **PEDIDO DE VISTAS: Prazo 22/11/2022. 1) SOCECON – Mark, 2) RGP 6 – Gomes; 3)**

621 **RGP 2 – Adroaldo e 4) ACESSO – Claudete.**

622 O relator é o Gabinete do Prefeito, tivemos pedidos de vista, desses pedidos de vista tivemos o  
623 recebimento do Conselheiro Mark e Conselheiro Adroaldo. Mais algum conselheiro gostaria  
624 de disponibilizar aqui o relato de vista? Senão a gente já começa passando a palavra aqui para  
625 o Conselheiro Mark para fazer o seu relato de vista. Se o Conselheiro Gomes e a Conselheira  
626 Claudete quiserem fazer o relato de vista, por favor, encaminhem imediatamente para a  
627 Secretária Camila, que na sequência a gente já oportuniza. Patrícia, peço que tu relembres aqui  
628 para nós do que se trata o expediente, para na sequência passar para o relato de vista. **Patrícia**  
629 **da Silva Tschoepke (Titular), Secretária de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
630 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Este é um Estudo de Viabilidade Urbanística de uma indústria  
631 com interferência ambiental e com área adensável entre 210.000 m<sup>2</sup> e edificação localizada em  
632 área de interesse cultural. O enquadramento deste projeto, especificamente, ele é enquadrado  
633 como impacto urbano de primeiro grau de análise de EVU obrigatória, com base no art. 60,  
634 Inciso I, listado no Anexo 11.1 e Inciso II, alínea *a* e *c* do mesmo artigo. Pela abrangência de  
635 área de interesse cultural ele é enquadrado no 11.2 e está neste Conselho. Ele está localizado  
636 na Região de Planejamento Dois, no Bairro Navegantes. É um projeto que tem o objetivo de  
637 regularizar a Enri Fábrica de Feltros Renner, com área existente de 6.238 m<sup>2</sup> e área a  
638 regularizar de 1.725 m<sup>2</sup>. A área construída total desta regularização é 7.967,17 m<sup>2</sup>. Ela está em  
639 área de interesse cultural, Mista 2, com frente para a Rua Frederico Mentz e Voluntários da



640 Pátria. E aqui a análise da equipe técnica, não vendo óbice quanto à aprovação, tendo em vista  
641 que a proposta é atender os ajustes legais para alcançar a regularidade, mesmo com itens à  
642 próxima etapa de aprovação de projeto arquitetônico. Os requisitos do âmbito cultural e de  
643 transporte e circulação foram conferidos pelas secretarias competentes, gerando os  
644 condicionantes. Os condicionantes do urbanismo foram: minimizar o impacto negativo na  
645 paisagem, do transformador e da guarita proposta na frente do imóvel, com soluções como  
646 máscara, paisagens artísticas ou decorativas, vegetação instalada verticalmente, entre outros. E  
647 qualificar a iluminação voltada para o passeio público, como forma de estimular a segurança  
648 do local. Também teve condicionante ambiental, após a regularização urbanística providenciar  
649 a licença ambiental para atividade, anexando cópia desse EVU aprovado dos Bombeiros.  
650 Também tiveram condicionantes do DMAE, da SMMU e da SMC, onde relata observar o  
651 parecer de aprovação do COMPAHC 08/20, de 09 de março de 2021, homologada pelo  
652 Prefeito. É isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**  
653 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Patrícia, por nos retomar  
654 o tema. Passo imediatamente a palavra para o Conselheiro Mark para o relato de vista. **Mark**  
655 **Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**  
656 **SOCECON/RS:** Eu, inclusive, solicitei a Sônia um contato com os gestores lá dessa Feltros  
657 Renner, porque eu pedi vista justamente para tentar entender as características desse  
658 investimento, desse empreendimento e fui muito bem atendido, muito bem acompanhado lá. Eu  
659 consegui combinar com o Engenheiro Alexandre Rossatto, que é o gestor de todo esse  
660 empreendimento e esse senhor me recebeu nesta, que é a Indústria Feltros Renner. E nesse dia,  
661 então, eu pedi a ele que nós circulássemos por toda essa área, porque eu queria ter uma  
662 avaliação visual e concreta de como estava distribuído esse empreendimento, porque houve  
663 aquele sinistro que atingiu o imóvel ao lado e que também repercutiu nesse próprio imóvel,  
664 destruindo o telhado. É por isso que houve a reconstrução da cobertura, que se transformou  
665 em uma cobertura metálica, que foi a melhor alternativa que eles encontraram em virtude da  
666 debilitação da estrutura, conforme isso está relatado no processo. Então, eles preferiram ao  
667 invés de colocar ali telhas de barro, colocaram essa estrutura metálica. E ali há uma previsão  
668 de construção de pavilhões na parte superior para locação e todas as estruturas foram  
669 recondicionadas, reconstruídas e todas elas são unidades de atividade autônoma, porque cada  
670 uma delas tem seus acessos garantidos e organizados. E no piso térreo funciona normalmente  
671 sem ter praticamente interrompidas as suas atividades desde os anos 30, a fabricação essa de



672 feltros Renner. Eu até supunha que esta atividade não estivesse mais ocorrendo, mas ela ocorre  
673 normalmente durante todos esses anos. E eles têm produção e têm destinadas a sua produção,  
674 tanto para o mercado interno, como para o mercado exterior. Eu me surpreendi com o número  
675 de empregados em atividade, demonstrando um vigor muito grande da atividade ali realizada  
676 com equipamento já superado do ponto de vista tecnológico, mas ela é uma unidade que opera  
677 de forma satisfatórios, atendendo com sua produção o mercado em que eles atuam. Produzem  
678 e entregam insumos para a indústria automobilística brasileira, tanto aqui no Rio Grande do  
679 Sul como fora do Rio Grande do Sul. Em virtude da visita que fiz, da conversa realizada, dos  
680 elementos que colhi, eu faço neste parecer de vista um VOTO FAVORÁVEL ao  
681 empreendimento e aprovação desse EVU, conforme foi relatado originalmente pela Patrícia no  
682 dia de hoje, mas a relatora é a nossa colega do Gabinete da Prefeitura. Obrigado. **Germano**  
683 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
684 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Obrigado pela contribuição. Passo a palavra de  
685 imediato para o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de**  
686 **Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, na verdade, não vou ler o cabeçalho, o  
687 início do processo, porque a gente já conhece. Eu fiz algumas observações por se tratar de um  
688 prédio antigo, um prédio que é de longa data. Quando eu cheguei em Porto Alegre, em 1970,  
689 fui trabalhar dentro daquele complexo do Renner. Então, eu conheço bastante todo aquele  
690 quarteirão ali. Então, 1970, faz bastante tempo, até tenho a possibilidade de fazer essa  
691 contribuição de avaliar um prédio que deu condições de trabalho para aquela região,  
692 justamente a região que aqui represento no CMDUA. Mas eu fiz algumas anotações pela  
693 importância do prédio e não vi no relatório da CAUGE, principalmente, de alguma coisa com  
694 referência à questão da Cultura ali. Tem a proposta de manter a característica dos prédios  
695 antigos da antiga fábrica Renner. Então, eu coloco aqui como sugestão que seja mantida pelo  
696 menos a fachada frontal para a Rua Frederico Mentz, a fachada original, inclusive nas cores  
697 originais, porque a modernidade vai chegando. Como o colega Mark falou, houve um sinistro,  
698 um incêndio, e vai sendo aos poucos mudado, mesmo que seja de material melhor, mais  
699 moderno, mas vai descaracterizando o prédio que trouxe muita riqueza para Porto Alegre e  
700 para a comunidade. Está no Bairro Navegantes, que foi um bairro que colaborou muito para o  
701 desenvolvimento de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Então, a sugestão para que fique a  
702 fachada daquele prédio antigo, toda vez que forem trabalhar na melhoria que mantenham a  
703 pintura original. O segundo ponto, sugiro que seja criado um memorial para visita turística



704 da fábrica, tanto dos feltros Renner como de todo o complexo da Fábrica Renner, que todos  
705 sabem que teve grande contribuição para Porto Alegre. O terceiro ponto, que tenha a  
706 possibilidade de se rever o parecer da SMED, onde coloca no parecer que não existiam  
707 diretrizes de destinação de áreas e equipamento públicos comunitários, porque ali vão ser  
708 desenvolvidas só atividades, que não interveem no atendimento da educação. A gente sabe que  
709 aquela região tem uma grande carência de educação, para escola, principalmente educação  
710 infantil. E esse relatório onde a SMED não aproveitou para fazer as suas diretrizes foi de 2017.  
711 Então, faz mais de 5 anos e nós sabemos que estão acessando após a pandemia, muitas famílias  
712 perderam emprego, outras particulares fecharam e está havendo uma grande carência de creche  
713 comunitária. Então, coloco recomendando que seja revisto, não só esse parecer da SMED  
714 neste momento, mas nessas regiões onde existe essa carência muito grande de creches, de  
715 turno integral para que as famílias levam as suas crianças para que tenham uma refeição  
716 garantida durante todos os dias. Está no momento da gente parar e conversar sobre isso.  
717 Assim, também coloco que seja revisto o parecer da Secretaria da Saúde, que ela diz a mesma  
718 coisa, que não vai movimentar pessoas naquela região, tem lá no relatório, quando era para ser  
719 emitida a diretriz desse empreendimento, que está assinado pela Arquiteta Luciana. Eu acho  
720 difícil nós dizermos isso hoje para uma situação que venha a melhorar o atendimento, tanto na  
721 saúde, como na educação infantil não seja necessário para qualquer região da Cidade de Porto  
722 Alegre. Então, vou votar favorável, porque é na minha região e é necessário, mas nós não  
723 podemos tirar as possibilidades de famílias, isentando o empreendedor de não contribuir com  
724 as questões sociais da região onde ele está aplicando o seu investimento. Então, Presidente,  
725 seria isso, o meu voto é favorável, vou acompanhar a relatora, mas gostaria que o nosso  
726 Conselho visse melhor o que o empreendedor pode fazer, principalmente no 4º Distrito,  
727 porque não adianta atrair mais moradores e suas famílias e não dar condições para as que já  
728 estão lá. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
729 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pelo seu  
730 relato de vista. Vamos ao debate e consulto aos conselheiros se temos inscrições para debater  
731 o assunto. Conselheiro Hermes inscrito, a Conselheira Sônia também inscrita, que a gente  
732 deixa mais ao final como sendo a relatora. Mais algum conselheiro inscrito? Então, só o  
733 Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**  
734 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria dizer que os dois relatos de vista foram  
735 muito esclarecedores, coisas que a gente não tinha percebido antes. É uma pergunta, um



736 questionamento, se eu entendi deveria haver reserva de área para escola e para equipamentos  
737 de saúde? Não é isso? Eu já vejo a Sônia dizendo. Então, eu entendi errado. Eu achei que não,  
738 mas pelo relato do Adroaldo, porque se houver, em função da nova lei do 4º Distrito, deveria  
739 ser pensado isso. como esse parecer que ele mencionou é anterior, é de 2017, talvez fosse o  
740 caso de retomar esse parecer. Até quem sabe pedir para a Sônia explicar. Eu entendi que não  
741 deveria, mas pelo relato do Adroaldo parece que deveria. Era isso, obrigado. **Germano**  
742 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
743 **SMAMUS:** Conselheira Sônia, por favor, está inscrita. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do**  
744 **Prefeito – GP:** Eu só queria fazer uns esclarecimentos, principalmente para as questões que o  
745 Adroaldo colocou. Com relação àquele indicativo, Adroaldo, que tu colocaste do prédio  
746 histórico, da preservação, tudo isso foi visto no parecer da cultura, da EPAHC, passou pelo  
747 COMPAHC. Então, foi feito todo um estudo, eles apresentaram um estudo e tudo isso foi  
748 analisado pelo órgão competente, até dos materiais que devem utilizar, a EPAHC fez uma  
749 exceção à questão da cobertura, que por motivos estruturais teve que ser uma cobertura mais  
750 leve. Então, eles aceitaram a que tinha sido colocada. Então, pela tua preocupação, todos esses  
751 itens foram analisados pelo EPAHC, pela preservação dos prédios históricos. Isso é uma coisa.  
752 A segunda questão, com relação aos equipamentos, dependendo do empreendimento e da  
753 atividade que vai ser implantada a gente tem parcelamento do solo ou não. Se é a atividade de  
754 uma empresa, de uma Indústria, como é o caso, que não é geradora de população que vá  
755 morar naquele local, a indústria e qualquer implantação de equipamento de serviços ou  
756 comercial, ela não implica em doação para equipamento. Então, tu aplicas o regime ou  
757 constrói de acordo com a totalidade do terreno. Neste caso, como é uma indústria, não gera  
758 necessidade de equipamento, não houve doação e por isso as duas secretarias, tanto a SMED  
759 quanto a Saúde colocaram que realmente, neste caso não existe nem a possibilidade de se  
760 pedir. Na verdade, o que tu estás considerando? Tu estás considerando que isso fosse suprir  
761 um impacto de uma comunidade que já existe lá e o impacto não é da indústria. Entendeu?  
762 Então, claro, se ali saísse um equipamento residencial, vamos fazer por analogia, que fosse ter  
763 500 famílias ali, aí sim a gente teria que ter uma análise de potencial construtivo. Eu sei que é  
764 um pouquinho difícil essa análise, porque ela interfere em parcelamento, em regime urbanístico  
765 aplicado para esses terrenos, mas sendo residencial sim, tu vais pedir, tu vais analisar e tu vais  
766 ver qual é o equipamento mais necessário, mais premente da população de entorno e, na  
767 verdade, da população que está gerando aquele impacto, que seria a população do



768 empreendimento. Então, por isso não houve engano nenhum, não existe essa possibilidade pela  
769 lei de solicitar esses equipamentos. Eu não sei se conseguir esclarecer as dúvidas, mas qualquer  
770 coisa eu estou as ordens. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
771 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Sônia. Eu acho que foi  
772 bem elucidativa, no sentido de pontuar que a análise feita pelo corpo técnico segue os ditames  
773 legais ali. Então, necessariamente, exigindo a doação de equipamento, conseqüentemente, há  
774 inserção dessa exigência dentro da análise técnica e em não sendo equipamento local ainda há  
775 possibilidade da transformação do TCAP – Termo de Conversão de Área Pública, mas não é o  
776 presente caso. Perfeito! Senhores Conselheiros, encerrada a nossa discussão eu inicio o  
777 período de votação consultando a Conselheira Lisiane, representando o DEMHAB, como  
778 vota, favorável ou contrária ao PARECER FAVORÁVEL da Conselheira Sônia?  
779 **VOTAÇÃO: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), Departamento Municipal de**  
780 **Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Voto favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª**  
781 **Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Patrícia da**  
782 **Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade**  
783 **– SMAMUS:** Favorável. **Fernanda Brito da Silveira (1ª Suplente), Secretaria Municipal**  
784 **de Desenvolvimento Econômico – SMDET:** Acompanho a relatora, sou favorável. **Glauber**  
785 **Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura**  
786 **– SMOI:** Favorável, Presidente. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de**  
787 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas**  
788 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **José**  
789 **Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura –**  
790 **ÁREA:** Favorável, Presidente. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura**  
791 **do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** O relatório de vista do Conselheiro Mark foi muito  
792 elucidativo. Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**  
793 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º**  
794 **Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável,  
795 Presidente. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**  
796 **SINDUSCON:** Acompanho a Conselheira Sônia. Favorável. **Mark Ramos Kuschick**  
797 **(Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** [Relatório de  
798 vista favorável]. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de**  
799 **Planejamento Dois – RGP. 2:** [Relatório de vista favorável]. **Jackson Roberto Santa**



800 **Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:**  
801 Acompanhamento a Relatora Sônia Castro. Favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente),**  
802 **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite. Favorável. **Luiz Antônio**  
803 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Acompanhamento  
804 a relatora. Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,**  
805 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:**  
806 Presidente, acompanhamento a relatora. Favorável. **Germano Bremm, Secretário Municipal de**  
807 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 18 votos favoráveis,  
808 01 abstenção e nenhum voto contrário. Então, nesse sentido, está **APROVADO O**  
809 **PARECER.** Perfeito! Senhores Conselheiros, devido ao nosso avançar da hora não  
810 conseguiremos entrar no Item 4.07 da pauta, não daria tempo para fazer a apresentação pelo  
811 planejamento e o relato. Nesse sentido, então, a gente dá continuidade ao nosso encontro na  
812 próxima terça-feira, próxima reunião do Conselho do Plano. Desejo uma excelente noite a  
813 todos. Obrigado! Prazer em debater mais uma vez com vocês. Até mais!  
814 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de  
815 Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h45min, da qual foi lavrada a presente ata por  
816 mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da  
817 presunção de veracidade.

**Ata aprovada na sessão CMDUA de 28/02/2023, por maioria.**

**Favoráveis:** DEMHAB, GP, SMAMUS, SMOI, SMGOV, UFRGS, ABES, AREA, CAU-RS, SOCECON, RGP1, RGP2, RGP3, RGP6, RGP8;

**Abstenções:** ACESSO, RGP4, RGP5,

**Contrários:** -